



## C A P Í T U L O 1

# O CAPS COMO PRINCIPAL ARMA PARA A LUTA ANTIMANICOMIAL TÍTULO EM LÍNGUA INGLESA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.936122606031>

**Ítalo Vinícius Lima Do Nascimento**  
Enfermeiro

**Izamirimis Aline Costa De Assis**  
Enfermeira

**Lucelia Maria Carla Paulo Da Silva Duarte**  
Enfermeira

**Claudia Kelly Sena Vitor**  
Enfermeira

**Viviane Layse Silva Da Silva Rosado**  
Enfermeira

**RESUMO:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de abordagem qualitativa. A literatura encontrada elucidou a importância na mudança do modelo biomédico, reforçando que as ideias da reforma psiquiátrica tiveram impacto na promoção de competências humanistas, tais como a criatividade, trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar, e relação interpessoal. **Objetivo, Metodologia:** Revisão de literatura, na base de dados Portal Periódicos do CAPES; os critérios de inclusão foram artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, usando os descritores: “Enfermagem” e “Psiquiátrica”. Os critérios de exclusão foram artigos que não abordavam sobre a temática, repetidos e bloqueados resultando na coleta final de 11 artigos. **Resultados e Discussão:** A revisão evidenciou que a Enfermagem em saúde mental no Brasil tem avançado desde a Reforma Psiquiátrica, mas ainda enfrenta desafios, como lacunas na formação, precarização do trabalho e permanência de práticas manicomiais. Apesar disso, a Enfermagem atua de forma estratégica na humanização do cuidado, na reinserção social e na defesa dos direitos dos

usuários. Mesmo diante de retrocessos políticos, os profissionais seguem resistindo e reafirmando os princípios do modelo psicossocial. **Considerações Finais:** Abaixo do texto devem constar no mínimo três palavras-chave. Devem ser separadas por ponto e vírgula (;). Palavras chave: deve estar abaixo do resumo, 3 (três) palavras-chave, com inicial minúscula (com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos, finalizadas por ponto final).

**PALAVRAS-CHAVE:** Enfermagem; Reforma Psiquiátrica; Antimanicomial.

## CAPS AS THE MAIN WEAPON IN THE ANTI-ASYLUM STRUGGLE (TITLE IN ENGLISH)

**ABSTRACT:** The work must consist of a summary in Portuguese and English, with a maximum of 300 words. It is recommended to use a single paragraph for the summary, Times New Roman font, size 12 and single spacing (1.0). The summary text must have the following sections: **Objective, Methodology, Results and Discussion and Final Considerations.** Below the text there must be at least three keywords. They must be separated by a semicolon (;). Keywords: must be below the abstract, 3 (three) keywords, with a lowercase initial (with the exception of proper nouns and scientific names, ending with a period).

**KEYWORDS:** word 1; word 2; word 3.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, as intervenções em saúde psiquiátrica eram conduzidas sob o modelo biomédico, que tinha o profissional médico como figura central e priorizava o isolamento de indivíduos com transtornos mentais, direcionando-se unicamente à enfermidade e sustentando a psiquiatria em instituições manicomiais. Essas condutas ocorriam regularmente sem a participação da enfermagem e, mesmo quando incluída, sua atuação se restringia à alimentação, monitoramento da adesão terapêutica, higiene e possíveis efeitos adversos dos medicamentos (CALDAS, 2021).

A visão da doença mental como algo impuro, que exige afastamento do convívio social, contribuiu para o estigma e para as dificuldades de reintegração comunitária. Dessa forma, surgiram críticas ao modelo vigente, solicitando melhorias nos processos de cuidado destinados a essas pessoas. Em consequência disso, emergiram movimentos sociais com a finalidade de substituir os hospitais psiquiátricos por serviços de saúde mental e implantar um modelo voltado à humanização e à atuação de equipes multiprofissionais (CALDAS, 2021).

Ao longo do movimento de luta antimanicomial, alguns marcos teórico-políticos foram fundamentais para impulsionar a superação desse modelo, como a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986; a 1ª Conferência de Saúde Mental, em 1987; a 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1992; e, por fim, a 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001 (ESTEVAM, 2020).

Com a ocorrência da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) iniciaram-se debates sobre o perfil e as atribuições que os enfermeiros deveriam assumir, nesse contexto de discussões, surgiram novas legislações voltadas à formação em Enfermagem, culminando na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por meio da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que possibilitou maior flexibilização dos currículos de graduação. Posteriormente, em 7 de novembro de 2001, foi aprovada a Resolução CNE/CES nº 03, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o curso de Graduação em Enfermagem (MAGNAGO, 2020).

A Reforma Psiquiátrica (RP) no Brasil teve origem em um contexto de mobilização social em prol da democracia, sendo fortemente influenciada pela reforma italiana. Esse modelo promoveu a rejeição do paradigma manicomial, mas, principalmente, das práticas e saberes a ele associados. Com a suplantação desse modelo, novos avanços tornaram-se necessários na forma de cuidado, direcionando o olhar para um novo modelo de atenção psicossocial, que passou a incluir serviços extra-hospitalares o que possibilita a reintegração do indivíduo à comunidade (ESTEVAM, 2020).

Desde 2001, o modelo, antes limitado aos manicômios e hospitais psiquiátricos, passou a ser substituído por serviços de base territorial, reestruturando o modelo de assistência em saúde mental, nos seguintes tópicos: leitos em hospitais gerais financiados, internações restritas ao menor tempo possível, e regulamentação da Rede de Atenção Psicossocial (Peres, 2022).

No mesmo ano, em 2001, foi aprovada a Lei Federal nº 10.216, que garantiu proteção e direitos às pessoas com transtornos mentais e redirecionou o modelo de assistência em saúde mental. Essa ação ocasionou em Diretrizes Nacionais que reformularam a graduação de Enfermagem (DCN/ENF), a partir de um movimento iniciado no Ministério da Educação. As DCN/ENF surgiram com a necessidade de padronizar a formação do profissional enfermeiro, orientando que o perfil da enfermagem deve ser generalista e humanista (Silva, 2021).

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), já referido anteriormente, norteado pela lei federal nº 10.216, foi estabelecido a partir das mudanças na reforma psiquiátrica. Através da portaria nº 336/2002 no Ministério da Saúde, tornou-se referência no tratamento para pessoas com transtornos mentais severos ou persistentes, aumentando esse serviço em todo o país, através de financiamento do governo

federal. A portaria ministerial nº 366 do CAPS estabeleceu as diretrizes e também instituiu que, em qualquer uma das modalidades do serviço, deve constar profissionais de enfermagem (Silva, 2021).

Para a Enfermagem, esse marco é motivo de celebração, uma vez que, proporcionou a criação de diferentes dispositivos de cuidado, impactando na forma do cuidar da pessoa com transtorno mental. Além de que, a organização territorial do CAPS assegurou que a reabilitação psicossocial fosse construída de forma integral, multiprofissional e corresponsável buscando desenvolver a autonomia do indivíduo (Peres, 2022).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de abordagem qualitativa. Inicialmente, foi constituída a pergunta norteadora da pesquisa com auxílio da estratégia Population, Variables and Outcomes - PVO (Silva; Otta, 2014), onde cada letra corresponde, respectivamente à População, Variáveis e Desfecho (quadro 1). Dessa forma, se elaborou a questão: “Qual foi o papel da Enfermagem na história da Reforma Psiquiátrica no Brasil e qual o impacto disso na promoção da luta antimanicomial atualmente?”. A presente revisão foi realizada na seguinte base de dados: Portal de Periódicos da CAPES no período de junho e julho de 2025, utilizando os descritores: “Enfermagem”, “Reforma Psiquiátrica” com o uso do operador booleano “AND”.

| ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA PVO | ELEMENTOS DA QUESTÃO NORTEADORA |
|-----------------------------|---------------------------------|
| P = Population/População    |                                 |
| V = Variáveis               |                                 |
| O = Outcomes/Desfecho       |                                 |

Quadro 1 - Estratégia PVO

Fonte: Autores, 2025.

Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre os anos de 2019 a 2025, textos disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem a temática da Enfermagem na área e história de saúde mental brasileira e seu impacto na luta antimanicomial. Os critérios de exclusão foram artigos que não abordavam sobre a temática, repetidos ou bloqueados e fora do recorte temporal definido.

Foram encontradas um total de 253 publicações usando os descritores: Biomarcadores AND Cirurgia Cardíaca. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, obteve-se o resultado respectivamente de publicações: 11 artigos. A partir da seleção por título e resumo, foram excluídos 242 da pesquisa, sendo realizada a leitura completa dos artigos restantes. Após a conclusão desse processo, onze artigos selecionados, dos quais de forma integral consiste no idioma português, foram examinados minuciosamente para o desenvolvimento deste trabalho

O presente estudo dispensou a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), uma vez que não se realizou pesquisas clínicas em seres humanos ou animais. Desta forma, assegura-se e cumpre os preceitos dos direitos autorais dos autores vigentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A Transição da Prática Manicomial à Perspectiva Psicossocial

A presente revisão integrativa evidenciou que a prática da Enfermagem em saúde mental no Brasil vem sendo reconstruída ao longo do tempo, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.216/2001, que consolidou a Reforma Psiquiátrica. Os estudos apontam uma ruptura gradual com o modelo hospitalocêntrico, autoritário e excludente, que historicamente marcou a assistência ao sofrimento psíquico.

Cruz, Carvalho e Freire (2020) denunciam que, mesmo em serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), práticas manicomiais ainda são reproduzidas de forma velada, revelando a dificuldade de desconstrução de paradigmas enraizados. A atuação da Enfermagem, nesse contexto, torna-se estratégica para garantir um cuidado que promova a liberdade e a dignidade da pessoa em sofrimento psíquico.

### Formação em Saúde Mental: Um Desafio Persistente

A formação profissional aparece como um dos principais desafios para a consolidação dos ideais da Reforma. A literatura revisada reforça que ainda há lacunas significativas nos currículos de Enfermagem no que diz respeito à abordagem psicossocial, à luta antimanicomial e à educação em direitos humanos.

Magnago (2020) destaca que a formação crítica voltada para a Reforma Psiquiátrica é essencial para preparar o enfermeiro a atuar de forma sensível, ética e reflexiva. De Figueiredo et al. (2023), por sua vez, afirmam que a construção do conhecimento em saúde mental deve ser coletiva, atravessada pela vivência prática e pelo contato direto com os usuários dos serviços.

A ausência dessa perspectiva formativa impacta negativamente a qualidade do cuidado, favorecendo a perpetuação de posturas normativas e centradas na medicalização e contenção.

## **A Enfermagem como Agente de Humanização e Acolhimento**

A atuação do enfermeiro nos serviços da RAPS destaca-se como essencial para a efetivação de um cuidado centrado na pessoa e em suas singularidades. A literatura analisada evidencia que práticas como o acolhimento, a escuta ativa, a mediação de conflitos, o vínculo terapêutico e a articulação com a rede sociofamiliar são pilares da assistência em saúde mental. Da Guia Clementino Ferraz et al. (2019) enfatizam o papel da Enfermagem como mediadora entre o usuário, sua família e os diversos dispositivos da rede de atenção. Já Caldas et al. (2021) reforçam a importância de práticas interdisciplinares e da atuação comprometida com os princípios da integralidade, da equidade e da autonomia.

Essa abordagem fortalece não apenas a adesão ao tratamento, mas também o empoderamento do sujeito, favorecendo sua reinserção social e rompendo com a lógica da exclusão.

## **Limitações Estruturais e Desafios Institucionais**

Apesar dos avanços na política de saúde mental, os serviços substitutivos ainda enfrentam diversas limitações estruturais que comprometem a qualidade da assistência. Dentre os principais desafios identificados estão a carência de recursos humanos qualificados, a alta rotatividade de profissionais, a sobrecarga de trabalho e a precarização das condições laborais. De Oliveira, Siqueira Júnior e Furegato (2020) destacam que esses fatores dificultam a construção de vínculos terapêuticos e a continuidade do cuidado. Além disso, Guimarães et al. (2023) lembram que as práticas de contenção física e medicamentosa, antes comuns em hospitais psiquiátricos, ainda são encontradas em determinadas situações de crise, indicando que a cultura manicomial persiste mesmo sob novas roupagens.

## **Vinte Anos da Reforma Psiquiátrica: A Enfermagem como Pilar da Luta Antimanicomial**

Completadas duas décadas da promulgação da Lei nº 10.216/2001, é necessário reconhecer os avanços, mas também os retrocessos e desafios ainda presentes. A Enfermagem, enquanto profissão de cuidado e presença constante na vida dos usuários dos serviços de saúde mental, ocupa papel central na promoção da cidadania, da autonomia e da liberdade.

Peres et al. (2022) reforçam que a implementação da Reforma Psiquiátrica vai além de mudanças legais e requer, sobretudo, transformações ético-políticas na forma como o cuidado é concebido e praticado. A Enfermagem, nesse cenário, é chamada a assumir uma postura ativa, crítica e propositiva, sendo agente de resistência e inovação nos territórios da atenção psicossocial.

## Enfermagem e a Reinserção Social no Contexto da Reforma

Além do cuidado clínico, a Enfermagem desempenha um papel relevante na mediação entre o usuário e os dispositivos sociais, sendo responsável por fortalecer processos de reinserção social e reconstrução de projetos de vida. Como destacam Silva et al. (2020), o cuidado em saúde mental deve ultrapassar os limites institucionais, alcançando a dimensão do território, da família e das relações comunitárias. A literatura evidencia que práticas como grupos terapêuticos, oficinas de geração de renda, ações culturais e educativas vêm sendo utilizadas pelos profissionais de Enfermagem como estratégias para fomentar a autonomia dos usuários e sua participação social. Para Estevam et al. (2020), o fortalecimento dos vínculos sociais é essencial na prevenção de recaídas e hospitalizações. Por outro lado, barreiras sociais e institucionais ainda limitam a efetividade desse processo. O preconceito social, a insuficiência de políticas intersetoriais e a escassez de dispositivos de suporte comunitário dificultam a reintegração dos indivíduos à vida social ativa. Nesses contextos, a Enfermagem é desafiada a atuar de forma interprofissional e propositiva, tensionando o modelo biomédico e reafirmando os princípios da Reforma Psiquiátrica.

## A Enfermagem e os Desafios da Prática Interdisciplinar

A prática interdisciplinar é um dos pilares do modelo psicossocial, exigindo dos profissionais de Enfermagem não apenas competências técnicas, mas também habilidades de comunicação, articulação com a equipe multiprofissional e escuta qualificada. Segundo Costa et al. (2022), os enfermeiros atuam como ponto de convergência entre os usuários, os familiares e os demais profissionais, promovendo o cuidado contínuo e humanizado.

Contudo, a literatura aponta que a formação acadêmica ainda é limitada quanto à preparação para o trabalho em equipes interdisciplinares na saúde mental. Muitos profissionais referem insegurança, dificuldades na delimitação de papéis e conflitos com abordagens biomédicas hegemônicas (MENDES et al., 2021).

Dessa forma, a atuação da Enfermagem é atravessada por contradições cotidianas entre os princípios da Reforma Psiquiátrica e as práticas ainda centradas na medicalização e institucionalização. A superação desses entraves requer educação

permanente, valorização do saber da Enfermagem e fortalecimento das redes de apoio psicossocial.

## **A Enfermagem Frente aos Retrocessos da Reforma Psiquiátrica**

Apesar dos avanços conquistados desde a promulgação da Lei 10.216/2001, a Reforma Psiquiátrica brasileira vem sofrendo retrocessos significativos nos últimos anos, especialmente no que se refere à valorização de hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas em detrimento da rede substitutiva (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, a Enfermagem tem enfrentado desafios para manter práticas alinhadas ao modelo psicossocial, sendo frequentemente pressionada a retornar a práticas manicomializantes e institucionalizantes. Conforme apontam Araújo et al. (2022), muitos profissionais relatam frustração ao se depararem com políticas públicas contraditórias, cortes de recursos e sucateamento dos serviços comunitários.

A resistência da Enfermagem, no entanto, se expressa na manutenção de vínculos terapêuticos, no acolhimento qualificado e no compromisso com os direitos humanos dos usuários. Mesmo diante das adversidades, muitos enfermeiros(as) seguem reafirmando os princípios da Reforma por meio de práticas éticas, críticas e comprometidas com a dignidade dos sujeitos em sofrimento psíquico.

## **O impacto das políticas neoliberais e o retrocesso nas conquistas da Reforma**

A análise crítica dos artigos evidencia também uma preocupação recorrente com o impacto das políticas neoliberais na desestruturação da Reforma Psiquiátrica. A redução do financiamento público, a terceirização dos serviços e o incentivo a modelos privados de atenção – como as comunidades terapêuticas de caráter religioso e internacionalista – têm colocado em risco os avanços construídos nas últimas décadas.

Nesse cenário, a Enfermagem enfrenta condições cada vez mais adversas para atuar de acordo com os princípios da Reforma. Profissionais lidam com a sobrecarga de trabalho, insegurança contratual e escassez de recursos, o que afeta diretamente a qualidade do cuidado prestado. Além disso, o enfraquecimento dos espaços de controle social e das instâncias participativas reduz a capacidade da sociedade – e dos próprios trabalhadores – de defender o modelo psicossocial.

Os artigos destacam que, mesmo diante desse contexto de retrocessos, há uma importante resistência protagonizada por enfermeiros(as) comprometidos com a Luta Antimanicomial.

Essa resistência se expressa tanto no cotidiano dos serviços quanto na militância em movimentos sociais e nas práticas de cuidado que reafirmam os direitos dos usuários. A presença ativa da Enfermagem em fóruns, conselhos e conferências demonstra a potência política da profissão na defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica.

## Considerações Finais da Discussão

A revisão integrativa demonstrou que, embora a atuação da Enfermagem tenha avançado significativamente desde o início da Reforma Psiquiátrica, persistem desafios importantes, sobretudo relacionados à formação profissional e às condições de trabalho nos serviços. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que a Enfermagem possui potencial transformador, sendo peça-chave na construção de práticas emancipatórias, éticas e baseadas nos direitos humanos.

Portanto, reafirma-se que a Enfermagem em saúde mental não se limita ao cuidado técnico e assistencial, mas abrange dimensões educativas, sociais e políticas, consolidando-se como uma força ativa na defesa da saúde mental pública, da luta antimanicomial e da dignidade das pessoas em sofrimento psíquico.

Além disso, a análise evidenciou a importância da atuação da Enfermagem na reabilitação psicossocial e na reinserção social dos usuários, por meio da construção de Projetos Terapêuticos Singulares e de práticas que buscam fortalecer a autonomia, os vínculos comunitários e a cidadania. Os enfermeiros e enfermeiras têm sido protagonistas em ações intersetoriais que ultrapassam os muros dos serviços, engajando-se em iniciativas como oficinas terapêuticas, acompanhamento territorial e articulação com redes de apoio.

Por outro lado, observou-se com preocupação o impacto das políticas neoliberais e de orientações governamentais que ameaçam os princípios da Reforma Psiquiátrica. A precarização das condições de trabalho, os cortes no financiamento e a priorização de modelos centrados na internação comprometeram os avanços alcançados, impondo novos desafios à prática da Enfermagem.

Apesar disso, destaca-se a resistência cotidiana de profissionais que, mesmo em contextos adversos, seguem promovendo cuidado ético, crítico e comprometido com os direitos dos usuários. A Enfermagem reafirma sua relevância como campo de luta e transformação, engajada na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e livre de práticas manicomiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição do modelo manicomial para a perspectiva psicossocial na Enfermagem em saúde mental no Brasil representa um processo complexo, marcado por avanços significativos, mas também por desafios persistentes e retrocessos preocupantes. A Lei nº 10.216/2001 consolidou os princípios da Reforma Psiquiátrica, reorientando a assistência para um cuidado baseado na liberdade, na dignidade e na reinserção social. No entanto, como evidenciado nesta revisão, a desconstrução de práticas manicomializantes ainda não se completou, seja pela resistência de paradigmas arraigados, seja pelas limitações estruturais e políticas que fragilizam a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A formação profissional em Enfermagem permanece um desafio central, com lacunas curriculares que dificultam a consolidação de uma abordagem verdadeiramente psicossocial, antimanicomial e baseada em direitos humanos. Apesar disso, a atuação do enfermeiro nos serviços substitutivos tem se mostrado fundamental na promoção de práticas humanizadas, como o acolhimento, a escuta qualificada e a mediação de conflitos, reforçando o vínculo terapêutico e a autonomia dos usuários.

Contudo, os avanços conquistados nas últimas décadas estão sob ameaça devido ao desmonte das políticas públicas de saúde mental, ao sucateamento da RAPS e ao ressurgimento de modelos centrados na internação e na medicalização. A Enfermagem, nesse cenário, enfrenta a dupla tarefa de resistir a retrocessos e, ao mesmo tempo, inovar na construção de um cuidado ético, crítico e emancipatório.

Diante dessas contradições, reafirma-se o papel estratégico da Enfermagem como agente de transformação na saúde mental, não apenas na dimensão assistencial, mas também na luta política pela garantia de direitos. A profissão se consolida como um pilar da Reforma Psiquiátrica, defendendo uma sociedade sem manicômios, onde o sofrimento psíquico seja acolhido em sua complexidade, e não silenciado pela exclusão. A persistência de desafios não anula as conquistas, mas exige vigilância e compromisso contínuo com os princípios da liberdade, da equidade e da cidadania.

Assim, conclui-se que a Enfermagem em saúde mental não é apenas uma prática técnica, mas um ato político, ético e de resistência – uma força indispensável na construção de um cuidado verdadeiramente humano e libertador.

## CONCLUSÃO

A trajetória da Enfermagem em saúde mental no Brasil, quando inserida no contexto da Reforma Psiquiátrica, revela-se como um campo denso de significados, atravessado por disputas ideológicas, avanços institucionais e resistências cotidianas.

Ao longo das últimas décadas, os enfermeiros e enfermeiras têm se consolidado como protagonistas silenciosos, porém essenciais, de um processo de transição que visa romper com o legado excludente, autoritário e medicalizante do modelo manicomial.

Esta revisão integrativa permitiu compreender que, para além de uma simples reorganização dos serviços de saúde, a Reforma Psiquiátrica demandou – e ainda demanda – uma profunda reconfiguração das práticas profissionais e dos marcos epistemológicos que sustentam o cuidado em saúde mental. Nesse sentido, a Enfermagem não atua apenas como executora de condutas clínicas, mas como mediadora de processos relacionais, culturais e sociais que atravessam o sofrimento psíquico. A escuta sensível, o acolhimento sem julgamento, a construção de vínculos terapêuticos e a presença contínua nos territórios revelam-se como ferramentas de cuidado que, embora muitas vezes invisibilizadas, são determinantes para a promoção da autonomia e da cidadania dos usuários.

A Enfermagem, portanto, assume uma função estratégica não apenas no plano assistencial, mas também no plano ético e político. Sua presença na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e em outros dispositivos substitutivos configura uma linha de frente na resistência às práticas de exclusão, silenciamento e patologização do sofrimento humano. Contudo, a consolidação desse papel transformador encontra barreiras significativas: desde lacunas nos processos formativos, que ainda reproduzem modelos biomédicos e fragmentados, até a precarização das condições de trabalho, que fragiliza a continuidade do cuidado e o bem-estar dos profissionais.

As políticas neoliberais e o progressivo desmonte das conquistas da Reforma Psiquiátrica impuseram um cenário de incerteza e regressão. A valorização de comunidades terapêuticas, o retorno ao protagonismo de instituições asilares e o enfraquecimento da participação social vêm tensionando os fundamentos do modelo psicossocial. Neste panorama, a Enfermagem é desafiada a reafirmar sua identidade como profissão crítica, propositiva e comprometida com os direitos humanos. Tal reafirmação, no entanto, não se dá apenas por meio de discursos institucionais, mas se concretiza no cotidiano dos serviços, nos encontros com os usuários, nas pequenas práticas que insistem em humanizar, mesmo quando tudo ao redor aponta para a desumanização.

Outro ponto que se destaca nesta análise é a capacidade da Enfermagem de integrar diferentes dimensões do cuidado: a clínica e a comunitária, a individual e a coletiva, a técnica e a subjetiva. O desenvolvimento de Projetos Terapêuticos Singulares, a articulação com redes intersetoriais, a condução de oficinas terapêuticas, atividades culturais e de geração de renda são exemplos de ações que ressignificam

o lugar do cuidado e ampliam o horizonte da prática profissional. Nesses espaços, o enfermeiro não apenas trata, mas constrói sentidos junto aos usuários, atuando como facilitador de processos de reconstrução de vínculos, projetos de vida e pertencimento social.

Dessa forma, reafirmar a centralidade da Enfermagem na Reforma Psiquiátrica significa reconhecer que o cuidado em saúde mental não se resume à ausência de sintomas, mas se ancora em relações de confiança, respeito e escuta. A profissão se consolida como força ética e política na construção de um novo paradigma de cuidado: um cuidado que não se impõe, mas que se oferece; que não rotula, mas que acolhe; que não isola, mas que reintegra.

Assim, conclui-se que a Enfermagem em saúde mental configura-se não apenas como uma prática profissional, mas como uma ação profundamente humanizadora e transformadora. Trata-se de um campo onde o saber técnico se alia ao compromisso com a vida, com a justiça social e com a liberdade. Em tempos de retrocesso e ameaças às conquistas democráticas na saúde, é urgente fortalecer os espaços de atuação da Enfermagem, investir na sua formação crítica e valorizar sua presença nos territórios, como agente fundamental na construção de uma sociedade sem manicômios – uma sociedade onde o cuidado, a escuta e a dignidade ocupem o centro das políticas públicas e das relações humanas.

## REFERÊNCIAS

CALDAS, Geovanna Renaisa Ferreira et al. Enfermagem e Psiquiatria – Enfermagem e Evolução: uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, p. e29310212470, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12470>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto: (Caldas *et al.*, 2021)

CRUZ, Daniel Dias; CARVALHO, Maria de Fátima Alves Aguiar; FREIRE, Ana Karla da Silva. A enfermagem no contexto da atenção psicossocial: imbricações manicomiais.

*Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. e490997377, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7377>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto: (Cruz; Carvalho; Freire, 2020)

DA GUIA CLEMENTINO FERRAZ, Maria et al. Atuação do enfermeiro no atendimento aos usuários com sofrimento psíquico. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, v. 13, 9 out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.242131>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(Da guia clementino ferraz *et al.*, 2019)

DE FIGUEIREDO, Eluana Borges Leitão et al. Formação em saúde mental antimanicomial: construção de conhecimento a partir da experiência coletiva. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. 16, n. 12, p. 32696-32708, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.12-217>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(De figueiredo *et al.*, 2023)

DE OLIVEIRA, Renata Marques; SIQUEIRA JÚNIOR, Antonio Carlos; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Enfermagem em unidade de internação psiquiátrica. Cultura de los cuidados, v. 24, n. 57, p. 250, 3 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/cuid.2020.57.17>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(De oliveira; Siqueira júnior; Furegato, 2020)

ESTEVAM, Adriana dos Santos et al. A enfermagem em saúde mental pós reforma psiquiátrica. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 45, p. e2631, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e2631.2020>. Acesso em: 24 jun. 2025. Citação no texto:(Estevam *et al.*, 2020)

GUIMARÃES, Juliana et al. Cuidados de enfermagem em terapia eletroconvulsiva no período pré-reforma psiquiátrica numa instituição brasileira. Revista de Enfermagem Referência, VI Série, Nº2 - Suplemento N.º 1, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12707/rv21138>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(Guimarães *et al.*, 2023)

MAGNAGO, Carinne. A formação de enfermagem direcionada para os ideais da reforma psiquiátrica. Enfermagem Brasil, v. 10, n. 2, p. 99-107, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v10i2.3848>. Acesso em: 24 jun. 2025. Citação no texto:(Magnago, 2020)

PERES, Maria Angélica de Almeida et al. VINTE ANOS DA LEI DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA: SIGNIFICADOS PARA A ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA E EM SAÚDE MENTAL. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2022-0045pt>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(Peres *et al.*, 2022)

SILVA, Gabriela Andrade da e OTTA, Emma. Revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais em Psicologia. Revista Costarricense de Psicología, v. 33, p. 137-153, 2014Tradução . . Disponível em: <http://rcps-cr.org/wp-content/themes/rcps/descargas/2014/2/0-RCP-Vol.33-No2.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, John Victor dos Santos et al. Caminhos históricos da formação do enfermeiro no campo da saúde mental no Brasil. História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE), v. 12, n. 2, p. 7-18, 10 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51234/here.21.v12n2.a1>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(Silva, J. V. d. S. *et al.*, 2021)

SILVA, Joyce Soares e. et al. O cuidar de enfermagem em saúde mental na perspectiva da reforma psiquiátrica. Enfermagem em Foco, v. 11, n. 1, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707x.2020.v11.n1.2743>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Citação no texto:(Silva, J. S. e. *et al.*, 2020)

Nas referências, seguir as normas da ABNT – NBR6023/2018. Devem ser alinhadas a esquerda. Após o título da seção haverá um espaço (linha em branco) simples. O TRABALHO QUE NÃO ESTIVER NOS PADRÕES DE FORMATAÇÃO EXIGIDOS PELO EVENTO SERÁ DESCLASSIFICADO.